

**Governança e Amazônia:** um levantamento das publicações realizadas sobre a região

**Governance and the Amazon:** a survey of publications made about the region

**Gobernanza y Amazonía:** un relevamiento de publicaciones realizadas sobre la región

Glenda Silva Rodrigues<sup>1</sup>  
Alexandre de Souza Costa<sup>2</sup>

## RESUMO

A globalização é impulsionada pela interação entre tecnologia e economia, tornando a governança e as políticas públicas mecanismos essenciais para garantir regulação e estabilidade. Partindo desse princípio, esta pesquisa analisou a produção científica sobre a governança na Amazônia. Sob essa ótica, o estudo mapeou o cenário na região por meio de um levantamento bibliográfico. Caracterizada como exploratória (estado da arte) e descritiva, com abordagem quali-quantitativa, a pesquisa utilizou dados de artigos, dissertações e teses. Os resultados apontam para uma fragmentação do tema nas dimensões ambiental, organizacional e educacional. Conclui-se que, apesar de ser um pilar estratégico para o desenvolvimento regional, a governança carece de maior integração às agendas de planejamento governamental.

**Palavras-chave:** governança; Amazônia; publicações científicas.

## ABSTRACT

Globalization is driven by the interaction between technology and the economy, making governance and public policy essential mechanisms for ensuring regulation and stability. Based on this principle, this research has analyzed scientific production regarding governance in the Amazon. From this perspective, the study mapped the region's landscape through a bibliographic survey. Characterized as exploratory (state-of-the-art) and descriptive, with a qualitative-quantitative approach, the research

---

<sup>1</sup>Coordenadora do Centro de Documentação e Memória da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC/UFAM). Bacharela em Arquivologia pela UFAM. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2733-8226>. E-mail: [glendarodrigues029@gmail.com](mailto:glendarodrigues029@gmail.com).

<sup>2</sup>Pesquisador do IBICT-MCTI, Professor Permanente do PPGIC/UFAM e Professor Colaborador do PPGARQ/Unirio. Doutor em Ciência da Informação pelo convênio IBICT-UFRJ e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense. Possui estágio pós-doutoral em Memória Social pela Unirio. Bacharel em Arquivologia pela Unirio. Tem vasta experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2500-7909>. E-mail: [alexandrecoستا@ibict.br](mailto:alexandrecoستا@ibict.br)



utilized data from articles, dissertations, and thesis. The results point to a fragmentation of the theme across environmental, organizational, and educational dimensions. It is concluded that, despite being a strategic pillar for regional development, governance lacks greater integration into government planning agendas.

**Keywords:** governance; Amazon; scientific publications.

## RESUMEN

La globalización es impulsada por la interacción entre tecnología y economía, convirtiendo a la gobernanza y las políticas públicas en mecanismos esenciales para garantizar la regulación y la estabilidad. Partiendo de este principio, esta investigación analizó la producción científica sobre la gobernanza en la Amazonia. Bajo esta óptica, el estudio mapeó el escenario en la región por medio de un levantamiento bibliográfico. Caracterizada como exploratoria (estado del arte) y descriptiva, con un enfoque cuali-cuantitativo, la investigación utilizó datos de artículos, disertaciones y tesis. Los resultados apuntan a una fragmentación del tema en las dimensiones ambiental, organizacional y educativa. Se concluye que, a pesar de ser un pilar estratégico para el desarrollo regional, la gobernanza carece de una mayor integración en las agendas de planificación gubernamental.

**Palabras clave:** gobernanza. Amazonia. publicaciones científicas.

Data de submissão: 12 jan. 2026.

Data de aprovação: 20 maio 2026.

## 1 INTRODUÇÃO

A governança, conforme expressa por teóricos da área, constitui um mecanismo jurídico-político fundamental, derivado das externalidades da globalização. Para definir o conceito com precisão, é imperativo compreender a globalização como o processo causal para o desenvolvimento das práticas de governança. No cenário mundial, esse fenômeno passou a ser estudado com maior rigor no século XX, impulsionado pelo avanço tecnológico e pela integração da economia global.

A globalização, em uma definição geral baseada em Sassen (2010 *apud* Abdal, 2022, p. 4), consiste no “[...] estudo de um conjunto de diferentes dinâmicas transfronteiriças globais, econômicas e não econômicas, superpostas e mais ou menos relacionadas entre si”. Suas características mais notórias são a instantaneidade, a comunicação em velocidades sem precedentes e o processamento de informações em milésimos de segundo. Com as mídias sociais tornando-se



espaços de alta dinamicidade na interdependência entre os povos, emergem o debate e a necessidade de mecanismos de governança (Matias, 2005, p. 445).

Nesse sentido, a governança surge justamente para fazer frente aos desafios da globalização. Segundo Melo (1995 *apud* Santos, 1997, p. 341), de forma conceitual refere-se às “[...] políticas governamentais que inclui, dentre outras, questões ligadas ao formato político-institucional do processo decisório, à definição do *mix* apropriado de financiamento de políticas e ao alcance geral dos programas”. Conforme relatam Gonçalves e Costa (2011, p. 21), o termo ganhou proeminência na década de 1980, quando o Banco Mundial utilizou pela primeira vez a expressão “boa governança” (*good governance*). Inicialmente, o conceito visava descrever detalhadamente os princípios e regras que deveriam orientar os países receptores de incentivos financeiros.

É fundamental ressaltar a participação ativa de múltiplos atores nessas dinâmicas de cooperação, transcendendo as atividades meramente intergovernamentais. Como observa Matias (2005, p. 462), a governança “[...] se distingue também pela infinidade de atores, muitos deles não estatais, que contam com suas próprias estruturas e processos de decisão”. Em termos gerais, ela funciona como um mecanismo de mediação entre esses agentes em diferentes escalas, tanto no nível nacional quanto no internacional.

No Brasil, essa dinâmica encontra-se em fase de fortalecimento, o que por vezes resulta em déficits de efetividade. O Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Brasil, 2017). Suas diretrizes definem o nível de aplicação e os mecanismos fundamentais do setor, elencando princípios basilares como capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas (*accountability*) e transparência, sendo esta última considerada requisito de primeira ordem para a boa administração pública (Brasil, 2017).

Os mecanismos de governança resultam da busca por uma melhor avaliação governamental, envolvendo a participação ativa do cidadão e a transparência. No plano regional, o Amazonas, estado integrante da região amazônica, regulamentou suas práticas por meio do Decreto nº 40.849, de 25 de junho de 2019, publicado cerca de dois anos após a norma federal. Seguindo a autonomia conferida aos estados para

modernizar a gestão pública, este dispositivo disciplina a política de governança e gestão em âmbito estadual.

A governança apresenta-se como um processo de fiscalização eficiente para as políticas públicas. A justificativa desta pesquisa reside na contribuição para a análise da Amazônia dentro dessa cadeia de participação ativa. Diante do desenvolvimento da governança em níveis internacional, nacional e regional, este trabalho foca como objetivo geral na análise da produção científica sobre o tema governança e Amazônia, examinando artigos, dissertações e teses, dados fornecidos nos levantamentos realizados. Os objetivos específicos são verificar o perfil das publicações, as principais áreas de análise e o cenário atual da temática na região.

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, com foco no "estado da arte", adotando uma abordagem quali-quantitativa. O universo amostral compreende estudos que tratam da governança tendo a Amazônia como objeto de análise. A coleta de dados foi realizada por meio de buscas no Google Acadêmico, utilizando os descritores "governança" e "Amazônia". Foram extraídos títulos, palavras-chave, autores e resumos para compor o levantamento bibliográfico e utilizando-se da análise documental. O recorte temporal estabelecido compreende o período de 2005 a 2025, abrangendo as publicações científicas dos últimos 20 anos sobre a região.

## **2 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS**

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, visto que esta modalidade “[...] permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 127). Sob essa ótica, utiliza-se o estado da arte como método para: “[...] sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados das investigações, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos a pesquisas futuras” (Haddad, 2002, p. 9).

No limiar desta pesquisa, no que se refere aos objetivos, optou-se pela pesquisa descritiva, que visa “identificar as características de um determinado problema ou questão e descrever o comportamento dos fatos e fenômenos” (Braga, 2007, p. 25). No que tange à abordagem, o estudo possui caráter quali-quantitativo. A



vertente qualitativa emprega “[...] procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos”, enquanto a quantitativa proporciona “[...] o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 187).

## 2.1 Procedimentos de Análise

Nessa perspectiva, adotou-se a análise documental em detrimento da análise de conteúdo. Dado que o foco é compreender a produção científica da área, a análise segue a técnica definida por Garcia Gutierrez (1984, p. 83) como: “[...] uma operação intelectual objetiva, a identificação e a transformação dos documentos em produtos que facilitem a consulta dos originais em áreas de controle documental e com o objetivo último de serviço à comunidade científica”.

A pesquisa delimita-se à interface entre "governança" e "Amazônia", constituindo um levantamento bibliográfico com uma amostra de 28 trabalhos. Inicialmente, a coleta foi realizada nas bases BRAPCI<sup>3</sup> e Scopus<sup>4</sup>, contudo, não foram encontrados registros que utilizassem os descritores supracitados. Diante dessa lacuna prevista devido ao caráter emergente do tema sob a ótica da governança, o Google Acadêmico consolidou-se como a principal fonte de dados.

O recorte temporal compreendeu os últimos 20 anos (2005-2025). O levantamento ocorreu entre o segundo semestre de 2024 e abril de 2025, visando capturar as atualizações mais recentes antes da avaliação por pares. Cabe ressaltar que, embora o intervalo de busca tenha sido de duas décadas, a produção efetiva identificada concentrou-se entre 2013 e 2024, resultados do levantamento sem exclusão de dados.

Dos trabalhos indexados, extraíram-se metadados (títulos, palavras-chave, autores e resumos), organizados em planilhas para caracterização do perfil bibliométrico. Utilizou-se o software VOSviewer para análise métrica e o Mentimeter para a geração de nuvens de palavras.

A seleção priorizou produções científicas completas (artigos, teses e

---

<sup>3</sup> BRAPCI: Base de Dados em Ciência da Informação

<sup>4</sup> Scopus: *Abstract Abstract and citation database*

dissertações). Textos jornalísticos foram descartados por não atenderem aos critérios de rigor científico. Notavelmente, as dimensões ambiental, organizacional e educacional da governança emergiram de forma orgânica durante a análise, evidenciando os pilares de manifestação do tema no contexto amazônico.

### 3 CONTEXTUALIZANDO A GOVERNANÇA

O termo governança vem sendo utilizado para discutir as formas com que a gestão pública deve ser avaliada. No sentido mais amplo e atual, podemos ver que a expressão “governance” surgiu com as reflexões emergentes do Banco Mundial, em uma proposta de garantir que o Estado seja eficiente (Diniz, 1995, p. 400).

Os autores Borges e Serrão (2005) retratam que esse cenário propiciou a popularização do termo governança durante a década de 1980 do século XX, esse destaque pode ser verificado ao meio corporativo tendo-se a preocupação com problemáticas de administração das grandes corporações e as desigualdades de interesses para com os acionistas da época. Essa ênfase foi crucial para trazer à tona as reflexões sobre mecanismos que poderiam ser utilizados na tentativa de redução de riscos e complexidade em meio às dinâmicas do mundo real (Jessop, 1999), de forma simplificada pode-se entender que existia a necessidade de estruturação das complexidades em destaque.

Gonçalves (2006, p. 14) traz uma perspectiva acerca do que seria governança no sentido mais amplo da terminologia, onde ele descreve que a governança “[...] diz respeito aos meios e processos que são utilizados para produzir resultados eficazes” e continua dizendo que:

Pode englobar dimensões presentes na governabilidade, mas vai além. Veja-se, por exemplo, a definição de Melo (1995 *apud* Santos, 1997, p. 341): refere-se ao *modus operandi* das políticas governamentais – que inclui, dentre outras, questões ligadas ao formato político-institucional do processo decisório, à definição do mix apropriado de financiamento de políticas e ao alcance geral dos programas. Como bem salienta Santos (1997, p. 341) o conceito (de governança) não se restringe, contudo, aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, tampouco ao funcionamento eficaz do aparelho de Estado.

Em termos gerais, o *modus operandi* da governança é mais amplo, nesse sentido engloba a sociedade na dinamicidade dos processos para trazer eficiência e de fato se tornar eficaz. O que se torna diferente do processo de governabilidade a

exemplo, a estrutura fica muito mais amarrada dentro dessa vinculação do sistema político-institucional e totalmente estatal. Podemos afirmar, com base em Santos (1997, p. 342) que a governança nada mais é do que “[...] padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico”.

A governança presume a participação ativa de diferentes atores tanto formal quanto informal, o que quer dizer isso? Os autores trabalham em uma perspectiva mais ampla da conceituação que diferencia governança e governo, Rosenau (2000, p. 15-16) diz que:

[...] governança é um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas.

No entanto, a governança trata de administrar diversos problemas, nada mais é do que os meios e os processos que estruturam os resultados satisfatórios em suas inúmeras camadas, tanto estatal e não estatal. O que resume a necessidade de entender a estrutura desse processo de governança que será discutido no tópico seguinte.

### **3.1 Governança e sua estrutura**

A governança é o processo fundamental para uma boa gestão. Neste tópico iniciamos a discussão acerca das diferenças entre gestão e governança. O que evidencia as confusões acerca de cada processo até mesmo da esfera pública. O Referencial Básico de Governança (Brasil, 2014) trata essas diferenças e relações intrínsecas e diz que:

Enquanto a gestão é inerente e integrada aos processos organizacionais, sendo responsável pelo planejamento, execução, controle, ação, enfim, pelo manejo dos recursos e poderes colocados à disposição de órgãos e entidades para a consecução de seus objetivos, a governança provê direcionamento, monitora, supervisiona e avalia a atuação da gestão, com vistas ao atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas (Brasil, 2014, p.32).

É importante salientar que são coisas distintas. Dentro do processo organizacional a gestão tem uma preocupação com a execução e os mecanismos que serão utilizados para alcançar as metas, enquanto a governança se preocupa com a qualidade desses processos no sentido de avaliação e de entender os porquês de tais atos. O mesmo manual (Brasil, 2014, p.33), elenca que a governança parte do pressuposto de que exista o estado de direito no que tange a uma sociedade civil participativa, caracterizada pela ética profissional, políticas planejadas e transparentes.

O Banco Mundial (2007 *apud* Brasil, 2014, p. 33), descreve de forma sucinta os princípios necessários para uma boa governança e o Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública (Brasil, 2014, p.33-34) resume cada um deles:

- a) **Legitimidade:** princípio jurídico fundamental do Estado Democrático de Direito e critério informativo do controle externo da administração pública que amplia a incidência do controle para além da aplicação isolada do critério da legalidade. Não basta verificar se a lei foi cumprida, mas se o interesse público, o bem comum, foi alcançado. Admite o ceticismo profissional de que nem sempre o que é legal é legítimo (Brasil, 2012 *apud* Brasil, 2014, p. 33).
- b) **Equidade:** promover a equidade é garantir as condições para que todos tenham acesso ao exercício de seus direitos civis - liberdade de expressão, de acesso à informação, de associação, de voto, igualdade entre gêneros -, políticos e sociais - saúde, educação, moradia, segurança (Brasil, 2010c *apud* Brasil, 2014, p. 34).
- c) **Responsabilidade:** diz respeito ao zelo que os agentes de governança devem ter pela sustentabilidade das organizações, visando sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações (IBGC, 2010 *apud* Brasil, 2014, p. 34).
- d) **Eficiência:** é fazer o que é preciso ser feito com qualidade adequada ao menor custo possível. Não se trata de redução de custo de qualquer maneira, mas de buscar a melhor relação entre qualidade do serviço e qualidade do gasto (Brasil, 2010).
- e) **Probidade:** trata-se do dever dos servidores públicos de demonstrar probidade, zelo, economia e observância às regras e aos procedimentos do órgão ao utilizar, arrecadar, gerenciar e administrar bens e valores públicos. Enfim, refere-se à obrigação que têm os servidores de demonstrar serem dignos de confiança (IFAC, 2001 *apud* Brasil, 2014, p. 34).
- f) **Transparência:** caracteriza-se pela possibilidade de acesso a todas as informações relativas à organização pública, sendo um dos requisitos de controle do Estado pela sociedade civil. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações de órgãos e entidades com terceiros. (Brasil, 2014, p. 34)
- g) **Accountability:** As normas de auditoria da Intosai conceituam *accountability* como a obrigação que têm as pessoas ou entidades às quais

se tenham confiado recursos, incluídas as empresas e organizações públicas, de assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhes foram conferidas, e de informar a quem lhes delegou essas responsabilidades (BRASIL, 2011 *apud* Brasil, 2014, p. 34). Espera-se que os agentes de governança prestem contas de sua atuação de forma voluntária, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões (IBGC, 2010 *apud* Brasil, 2014, p. 34).

Esses princípios norteiam as boas práticas de governança no mundo, estes mecanismos proporcionam a ideia de níveis para se alcançar os efeitos satisfatórios. E para esses mecanismos, pontua-se a liderança como fator de necessidade para conduzir e estabelecer as estratégias que serão determinantes para que ocorra a boa governança, dentro desse mesmo ambiente o controle surge como mecanismo de avaliação e tratamento.

No entanto, podemos definir que a governança “[...] relaciona-se com processos de comunicação; de análise e avaliação; de liderança, tomada de decisão e direção; de controle, monitoramento e prestação de contas” (Brasil, 2014, p.31).

### **3.2 Governança e pautas urgentes**

Nos tópicos anteriores, discutiram-se os aspectos conceituais e estruturais dos mecanismos da governança. Diante dos resultados, este estudo requer uma delimitação das temáticas identificadas no levantamento. Os dados revelam que a governança se manifesta nas áreas ambiental, organizacional e educacional; buscase, portanto, apresentar as perspectivas de autores que desenvolveram trabalhos sobre esses eixos, mantendo a coerência com a abordagem conceitual e estrutural utilizada até aqui, o que confere clareza e familiaridade aos dados obtidos no decorrer da pesquisa.

#### **3.2.1 Governança ambiental**

Essa temática tem sido pauta há alguns anos, as preocupações internacionais cresceram quando se trata de políticas de sustentabilidade e com esses desafios a governança ambiental passou a ser discutida com mais afinco dentro das conferências e eventos que tratam dos desafios ambientais no mundo inteiro. Em 2012, na conferência Rio+ 20, Moura e Bezerra (2016, p.91) descrevem que:

No Brasil, com a realização da Conferência Rio+20 esse tema desponta novamente como objeto de análise nos diferentes níveis federativos, onde são contabilizados inúmeros relatos que procuram indicar avanços no que vem sendo denominado como governança ambiental. Uma visão redutora tem levado à análise apenas do arcabouço legal, institucional e gerencial do setor ambiental, se estendendo, no máximo, aos planos e às iniciativas para alcance da qualidade ambiental, como resultante da ação de um único setor do Estado e da sociedade, o ambiental.

A governança ambiental passa de apenas discussão para estratégias na tentativa de diminuição de problemáticas ambientais de fato, em um panorama internacional que envolve atores estatais e não estatais em uma política nacional e internacional. Jardim (2018) traz um panorama de que a governança é uma categoria analítica que proporciona maiores aprofundamentos em diversas áreas e com as discussões de agendas, como a própria “Agenda 2030” que elenca as estratégias para o desenvolvimento sustentável.

As questões ambientais alcançaram patamares antes jamais vistos, o que propiciou o diálogo e principalmente a criação de medidas efetivas em nível global. Em um sentido mais amplo, podemos definir a governança ambiental como “[...] a soma das organizações, instrumentos de políticas, mecanismos de financiamento, regras, procedimentos e normas que regulam os processos de proteção ambiental global” (Najam; Papa; Taiyab, 2006, p. 3).

### 3.2.2 Governança organizacional

O Referencial Básico de Governança, (Brasil, 2020, p. 36) define o que seria governança organizacional pública:

[...] governança pública organizacional compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Neste ponto partimos do mesmo pressuposto, onde se tem a mesma ideia com a definição de governança no sentido amplo, com tudo essa discussão toma como direcionamento os mesmos mecanismos vistos nos tópicos anteriores sobre a governança como: liderança, estratégia e controle nas organizações com foco em atravessamentos que envolve dois lados, que são os agentes definidos como os

Representantes eleitos, conselhos, autoridade máxima, dirigentes superiores, dirigentes gerentes e o cidadão como o principal dentro desses atravessamentos. Essa definição do TCU é aplicada tanto de forma estatal como não estatal.

### 3.2.3 Governança educacional

Em um âmbito geral, a governança educacional passou a ganhar destaque a partir de 2003, com a publicação do livro “*Educational Governance and Administration*”, de Thomas Sergiovanni, nos Estados Unidos. Essa obra marca o início das discussões mais sistemáticas sobre a inter-relação entre educação e administração. No mesmo ano, Heloísa Lück, por meio da série “*Cadernos de Gestão*”, destacou que a concepção de gestão educacional se fortaleceu na década de 1990, sendo caracterizada por uma abordagem mais sistêmica e pelo estabelecimento de processos estruturados nas unidades. No entanto, com base na obra de Lück (2003 *apud* Alves, 2012), Alves analisa os mecanismos de funcionamento da governança no contexto educacional, onde verificou que:

Governança educacional refere-se, portanto, a como os sistemas e as organizações educacionais são estabelecidas, como nelas o poder é distribuído e exercido, quais as estruturas são empregadas, como ocorre o processo decisório, quais são as responsabilidades formais, quais são os papéis formais e informais, qual a relação entre os distintos atores, quais as relações entre os distintos níveis e esferas de autoridade, como se exerce a responsabilidade fiscal, como ocorre o adequado registro e emprego orçamentário, entre tantas outras questões (Alves, 2012, p. 5).

No fim das contas, a preocupação primordial é a transparência em repasses, usos e administração de recursos e a boa gestão em um direcionamento mais de governança que é a avaliação desses processos dentro das unidades em diferentes níveis, bem como os agentes envolvidos em seus papéis formais e informais.

## 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

No escopo desta pesquisa, o levantamento resultou em 28 trabalhos que, submetidos à análise documental, permitiram delinear o estado da arte do tema. A caracterização do perfil desse corpus é fundamental para a fidedignidade e transparência dos dados. Quanto ao aprofundamento da discussão dos documentos recuperados, o tópico 4.4 abarca, de maneira geral, sintetizando as principais



evidências e percepções encontradas.

#### 4.1 Perfil das publicações

As publicações podem ser vistas das seguintes formas, no total de trabalhos analisados temos 28 (vinte e oito) pesquisas, sendo divididas em artigos, resumo expandido, dissertações e teses. O quadro abaixo (Quadro 1) demonstra a distribuição das publicações recuperadas, tendo como critério de busca o termo “governança e Amazônia”.

Quadro 1 - Quantitativo das publicações

QUANTITATIVO	ESPÉCIE/FORMATO DA PUBLICAÇÃO
22	ARTIGO
1	TESE
4	DISSERTAÇÃO
1	RESUMO EXPANDIDO

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados obtidos oferecem um panorama relevante para a análise dentro do escopo deste estudo. Para tanto, apresenta-se a listagem dos trabalhos identificados, visando dar visibilidade às pesquisas que se dedicam à temática abordada, especialmente no que tange às interfaces e possibilidades voltadas à Amazônia.

Quadro 2 - Títulos

(continua)

ITEM	AUTORES	TÍTULO	ANO
1	TIAGO DA SILVA JACAÚNA	COMO SE GOVERNA A AMAZÔNIA? REDES SOCIAIS E GOVERNANÇA AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	2020

(continuação)

2	DAVY ÍTALO RIBEIRO DA SILVA; MARILUCE PAES DE SOUZA; FABIANA RODRIGUES RIVA; MARÍLIA NATACHA DE FREITAS SILVA	GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	2021
3	ANDREZA HELENA DA SILVA	GOVERNANÇA E GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO NO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO AMAZONAS	2022
4	MARIALIA GABRIELA GONDIM REZENDE; THEREZINHA DE JESUS PINTO FRAXE; ANTONIO CARLOS WITKOSKI	TERRITÓRIO E O MODUS OPERANDI DA GOVERNANÇA NAS TERRAS, FLORESTAS E ÁGUAS DE TRABALHO NA COMUNIDADE DE SÃO FRANCISCO, CAREIRO DA VÁRZEA (AM)	2020
5	NAILDE MARTINS ANDRADE; IZAÍAS NASCIMENTO DOS SANTOS; AYUB BORGES MARQUES; CARLOSSANDRO CARVALHO DE ALBUQUERQUE	GOVERNANÇA DAS ÁGUAS: O PROGESTÃO NO ESTADO DO AMAZONAS (AVANÇOS E DESAFIOS)	2024
6	THIAGO LAPPICY; ROMERO GOMES PEREIRA DA SILVA; ANA I. R. CABRAL; JULIANA SOBREIRA ARGUELHO; ANA KARINE PEREIRA; ISABELA DE MEDEIROS DA SILVA; SAMIRA PINHO BEZERRA DE ANDRADE; LETÍCIA FONTES BORGES; LARISA HO BECH GAIVIZZO; ANNE- ELISABETH LAQUES; CARLOS HIROO SAITO	GESTÃO E GOVERNANÇA EM ESCALA REGIONAL NA CALHA NORTE DO RIO AMAZONAS, BRASIL	2024
7	MARÍLIA GABRIELA GONDIM REZENDE	GOVERNANÇA AMBIENTAL NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL IGAPÓ AÇU (AMAZONAS, BRASIL)	2016

(continuação)

ITEM	AUTORES	TÍTULO	ANO
8	JOÃO MENDES DA ROCHA NETO	SOBRE EXPECTATIVAS E FRUSTRAÇÕES: UMA INTERPRETAÇÃO DA GOVERNANÇA DO PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA	2021
9	CLOVES FARIAS PEREIRA; THEREZA CRISTINA CARDOSO MENEZES; THEREZINHA DE JESUS PINTO FRAXE	GOVERNANÇA FUNDIÁRIA NO SUDESTE DO AMAZONAS	2017
10	DIANA LEITE CAVALCANTI; CAROLINA ARANTES; MARCELO MAZZOLA; TIBÉRIO MAGALHÃES PINHEIRO; RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE	CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO AMAZONAS PARA O FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA AMAZÔNICA	2017
11	CAMILA FERREIRA DA SILVA; MICHELLE DE FREITAS BISSOLI; CAROLINE OLIVEIRA DA SILVA; MIRIANE FEITOZA DOS SANTOS	GOVERNANÇA EDUCACIONAL EM CENÁRIO PANDÊMICO: MAPEAMENTO DAS AÇÕES PÚBLICAS NO ESTADO DO AMAZONAS	2023
12	RICARDO AUGUSTO LUNIÈRE FONSECA	A AUDITORIA INTERNA COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA PÚBLICA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	2022
13	SOLANGE BATISTA DAMASCENO; MARIA OLÍVIA DE A. RIBEIRO SIMÃO	SUBSÍDIOS PARA ESTUDOS SOBRE A GOVERNANÇA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO TARUMÃ-AÇU, MANAUS, AMAZONAS	2021
14	JOEDSON DA SILVA QUINTINO; MARCELO HORTA MESSIAS FRANCO; HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA	GOVERNANÇA COMUNITÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL DE CASTANHAIS NA TERRA INDÍGENA CAITITU	2024
15	CARLOS EDUARDO DE SOUZA SIQUEIRA	GOVERNO SUBNACIONAL, GOVERNANÇA E PROCESSO NEGOCIADOR DO REGIME CLIMÁTICO: OS CASOS DO ACRE, AMAZONAS E PARÁ (2000-2017)	2024

(continuação)

ITEM	AUTORES	TÍTULO	ANO
16	ARMINDA RACHEL BOTELHO MOURÃO; SÍLVIA CRISTINA CONDE NOGUEIRA; JOSÉ JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO ARAÚJO; JOSÉ EURICO RAMOS DE SOUZA	GOVERNANÇA, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: UMA LEITURA DAS FINALIDADES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	2015
17	SIDNEI SILVA SOUZA	GOVERNANÇA E COOPERAÇÃO DAS REDES INTERORGANIZACIONAIS NA CADEIA PRODUTIVA NA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA NOS ESTADOS DA REGIÃO NORTE	2018
18	MAURO SERGIO PINHEIRO DOS SANTOS DE SOUZA	GOVERNANÇA TERRITORIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS/AM: UM OLHAR SOBRE O OBSERVATÓRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS	2021
19	CAMILA GARCIA FERNANDES DE SOUZA MARGEM; NELITON MARQUES SILVA	AGRICULTURA URBANA, GOVERNANÇA TERRITORIAL E PLANEJAMENTO URBANO EM ÁREA PROTEGIDA DE MANAUS – BRASIL	2021
20	ALYSON FERNANDO ALVES RIBEIRO	PERSPECTIVAS DA GOVERNANÇA FUNDIÁRIA: PROJETO REGULARIZA AMAZÔNIA COOPERAÇÃO BILATERAL BRASIL-UNIÃO EUROPEIA	2022
21	ULISSES ARJAN CRUZ DOS SANTOS; LÍDIA DE ABREU CARVALHO FROTA CARVALHO FROTA	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO PARTICIPATIVA DEMOCRÁTICA COMO INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) NO ESTADO DO AMAZONAS (AM)	2019

(continuação)

ITEM	AUTORES	TÍTULO	ANO
22	MARÍLIA GABRIEL GONDIM REZENDE; THEREZINHA DE JESUS PINTO FRAXE; ANTONIO CARLOS WITKOSKI	TERRITORIALIDADE, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA AMBIENTAL NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL IGAPÓ AÇU (AMAZONAS, BRASIL)	2018
23	ANA TERESA MIRANDA COSTA; HAMILTON GOMES DE SANTANA NETO	A GOVERNANÇA AMBIENTAL COOPERATIVA PARA UMA GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	2024
24	DANIELLE COSTA DE SOUZA SIMAS; JONATHAS SIMAS DE LIMA; RICARDO AUGUSTO CAMPOLINA DE SALES; NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE; ANTÔNIO FERREIRA DO NORTE FILHO; ERIVALDO CAVALCANTI E SILVA FILHO; CARLA CRISTINA ALVES TORQUATO CAVALCANTI; EDUARDO ALVES MARINHO; CELSO ANTÔNIO VIEIRA DE PAIVA JÚNIOR; ALCIAN PEREIRA DE SOUZA; JEIBSON DOS SANTOS JUSTINIANO; ALBEFREDO MELO DE SOUZA JUNIOR; NEUTON ALVES DE LIMA; TAIS BATISTA FERNANDES; EVELYNE ROSAS DUARTE;	GOVERNANÇA AMBIENTAL: ESTRUTURA E DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA	2024
25	CAMILA FERREIRA DA SILVA; ROBERTH CAVALCANTE ARAGÃO; CAROLINE OLIVEIRA DA SILVA; MIRIANE FEITOSA DOS SANTOS	GOVERNANÇA EDUCACIONAL EM UM DOS EPICENTROS DA PANDEMIA	2023
26	JOÃO MENDES ROCHA NETO	MAIS UM DESAFIO: GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA	2022

(conclusão)

ITEM	AUTORES	TÍTULO	ANO
27	MILENA FERNANDES BARROSO	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, GOVERNANÇA DESCENTRALIZADA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO AMAZONAS	2013
28	ROBERTA MONIQUE DA SILVA SANTOS; NELITON MARQUES DA SILVA	OS DESAFIOS PARA A EFETIVIDADE DA GOVERNANÇA AMBIENTAL EM NÍVEL MUNICIPAL EM CIDADES DA AMAZÔNIA: ARTICULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DO ESTADO	2022

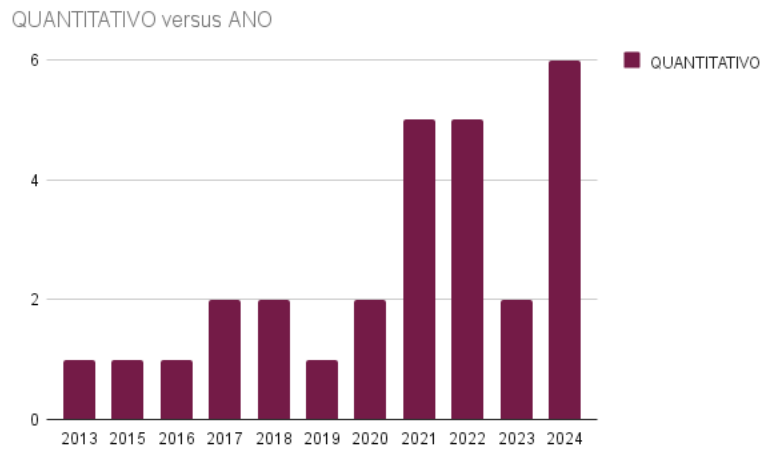
Fonte: Dados da Pesquisa.

Os 28 trabalhos selecionados relacionam-se diretamente às temáticas exploradas e à representação dos dados deste estudo. A exposição visual dos anos de publicação e dos temas centrais é fundamental para compreender a evolução da pesquisa sobre governança e Amazônia. Esse panorama corrobora os desafios setoriais e as lacunas estruturais previamente apontadas no decorrer deste trabalho.

#### 4.2 Ano de publicação

O panorama temporal das pesquisas reforça uma intensificação das publicações sobre a interface entre governança e Amazônia. O quadro abaixo descreve, de maneira escalonada, a produção de trabalhos sobre essa temática desde 2013, evidenciando o crescimento nos anos subsequentes. Esse cenário demonstra a necessidade de discutir o tema, bem como a importância de produções científicas de rigor que apresentem propostas concretas de implantação.

Gráfico 1 - Ano de publicação



Fonte: dados da pesquisa.

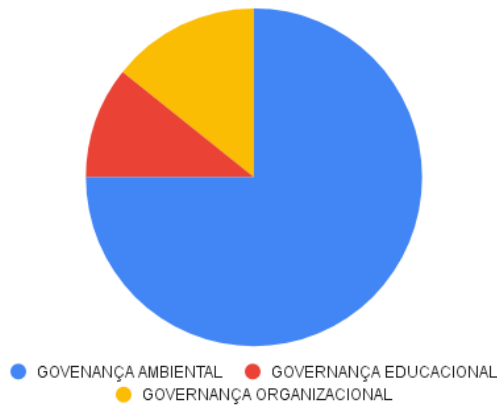
No âmbito do Executivo Federal brasileiro, o Decreto nº 9.203/2017 regulamenta as políticas de governança em nível nacional. Coincidentemente, os dados revelam um crescimento nas publicações a partir de 2017, com um pico acentuado em 2024. Embora o decreto não seja necessariamente o único fator determinante, ele aponta para uma correlação provável com o aumento da produção científica sobre o tema. Mais do que focar apenas em números, destaca-se que esse marco normativo impulsionou pesquisadores a analisarem, com rigor científico, as demandas da região amazônica sob a ótica da governança.

### 4.3 Áreas temáticas de publicação

Os trabalhos utilizados neste artigo trazem um olhar científico para entender as camadas da Amazônia em sua magnitude. Abaixo temos o gráfico que demonstra o maior quantitativo de publicações e as áreas temáticas.

Gráfico 2- Áreas temáticas das publicações

QUANTITATIVO



Fonte: Dados da pesquisa

O cenário revela-se bastante expressivo no que tange à inserção da governança no contexto amazônico. Do total de trabalhos analisados, destacam-se 21 pesquisas sobre governança ambiental, seguidas pela governança organizacional, com quatro, e pela educacional, com três. Observa-se que a preocupação central recai sobre as questões ambientais sob variadas perspectivas, com foco na Amazônia em sua totalidade.

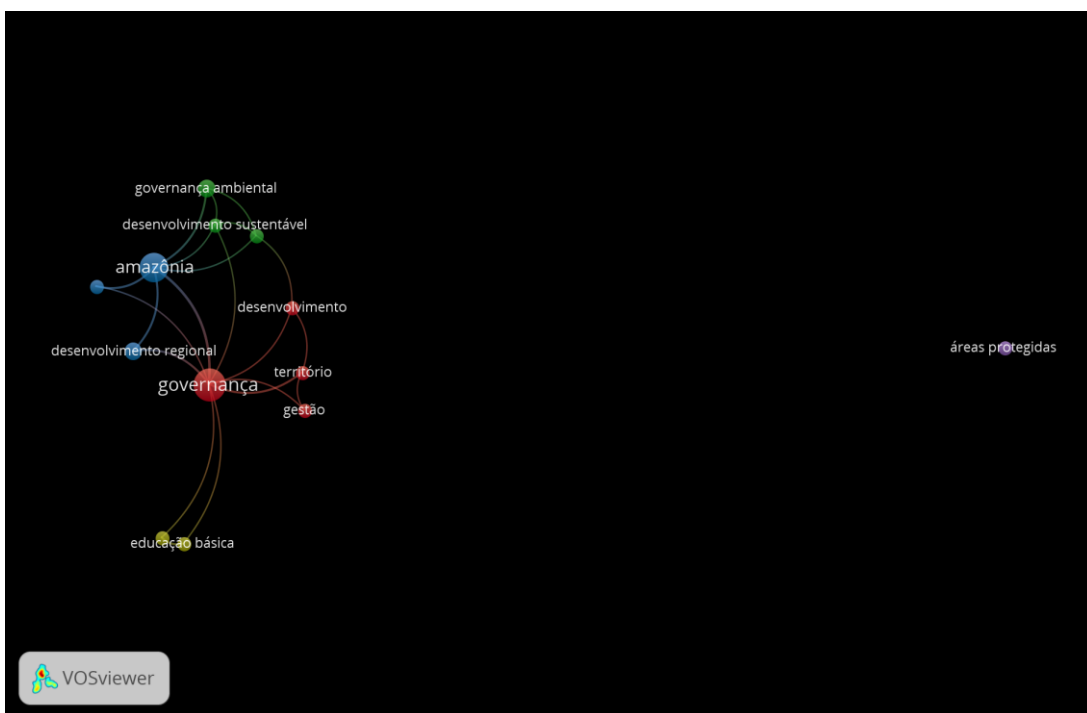
Um exemplo relevante é o artigo de 2024, intitulado “Governança Ambiental: Estrutura e Desafios para a Sustentabilidade na Amazônia”, que aborda temáticas como desmatamento, reservas naturais e populações tradicionais a partir de uma ótica voltada à gestão e às políticas públicas. O referido estudo enfatiza o uso de mecanismos de governança em uma contextualização regional, cujos impactos reverberam tanto em nível nacional quanto internacional.

Diante desse panorama, propõe-se uma discussão mais aprofundada sobre a temática, respeitando-se os limites desta pesquisa. Na seção seguinte, considerando que o perfil das publicações demonstra a existência de uma produção científica com rigor metodológico e crítico sobre a relação entre governança e Amazônia, apresentaremos um aparato crítico sobre o tema.

#### 4.4 Governança e Amazônia nas publicações

Os trabalhos recuperados ratificam as áreas temáticas de discussão sobre a governança na Amazônia, os trabalhos discutem principalmente questões ambientais dentro das especificidades regionais. Para o mapa que demonstra essas ramificações, foram destacados como critério o limite de ocorrências dessa palavra-chave, dentro do conjunto de 28 trabalhos analisados, tem-se um total de 76 palavras-chave e como critério para as ramificações definiu-se o mínimo de duas ocorrências dentro do conjunto.

Figura 1- Ocorrência de palavras-chave



Fonte: dados da pesquisa

No entanto, dentro dos destaques mencionados anteriormente, 13 palavras-chave atenderam ao critério de duas ocorrências dentro do conjunto analisado, o destaque dos termos e seus links são visualizados levando em consideração a força total de link selecionado. O gráfico mostra quatro grupos de links e um cluster mais afastado do conjunto. Vale destacar a Governança como o cluster maior e destacado em vermelho.



de 2017, conforme dados obtidos na base *TerraBrasilis*<sup>5</sup>, plataforma desenvolvida pelo INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Temos um cenário preocupante no que concerne ao desmatamento e que está estritamente ligada a governança ambiental, desenvolvimento regional e sustentável, que em suma neste momento passa por perdas importantes, e que ocasiona a remoção de cobertura vegetal na região da Amazônia.

Neste cenário, os atores são compreendidos nesta pesquisa como as pessoas que dependem diretamente desses recursos. Tal realidade desperta a preocupação por parte de pesquisadores e ambientalistas, no que tange às populações tradicionais que vivem na floresta e que dependem dos recursos disponibilizados por ela, bem como a sociedade civil, tanto nacional quanto internacional. O aumento significativo do desmatamento em 2017 representou um dos maiores índices da história desde 2012, quando essa taxa estava em queda. Com a volta desse crescimento, torna-se necessário promover discussões acerca desse agravamento e uma análise mais crítica no que concerne a flexibilização das normas ambientais que tem ocorrido em diferentes momentos da gestão governamental brasileira.

Na COP-27 (27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) que ocorreu no Egito em 2022, as discussões acerca dessa temática voltaram a ser mencionadas com mais ênfase por parte dos representantes brasileiros na conferência e mais compromissos foram assinados para reduzir o desmatamento no país até 2030, e nessas pautas acresceram a Amazônia. As problemáticas de desmatamento afetam as condições ambientais tanto da Região Norte como do clima mundial. E a governança ambiental passa a ser um mecanismo de extrema importância dentro desse contexto, o que propicia a mediação entre instituições e políticas ambientais para as tomadas de decisões que precisam ser geridas e impactadas dentro e fora das instituições.

As 28 pesquisas científicas aqui utilizadas, referem-se à utilização dos mecanismos de governança em diferentes âmbitos e dentro delas destacamos as unidades de conservação que foram usadas pelos pesquisadores para identificar

---

<sup>5</sup> INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (Brasil). **TerraBrasilis**: downloads. São José dos Campos: INPE, [2026]. Disponível em: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/downloads/>. Acesso em: 19 mar 2025.

como o processo de redes hierárquicas e horizontais existem na organização social e os atores a frente dessas implementações nas unidades. As mudanças climáticas são frutos de debates, sendo a realidade da população em zonas da Amazônia legal o que se presume a necessidade de operacionalização de estratégias para o desenvolvimento sustentável nessas regiões, os trabalhos apontam também que a governança pode ser utilizada com fins de entender as dinâmicas territoriais no Amazonas que envolve questões hídricas, desmatamento, os atores inseridos no processo de governança nas unidades de conservação.

O desenvolvimento regional também é pauta de discussão nas pesquisas analisadas. O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA)<sup>6</sup> é uma das estratégias utilizadas para desenvolver o processo de governança na Amazônia, estabelecendo diretrizes, objetivos, financiamento, sistemas de gestão, os programas que serão contemplados e os processos de controle e avaliação das estratégias de desenvolvimento regional com foco nas transformações econômicas e sociais, essa temática é muito importante tendo em vista que o plano sofre com as demandas políticas em cada estado principalmente para cumprir o que foi estabelecido, e com isso a mais desafios propriamente. Questões fundiárias também passaram a ser objeto de discussão nas pesquisas, houve uma expansão significativa no sudeste da Amazônia o que direciona para estratégias de governança mais eficazes na região para controlar e avaliar a gestão que está sendo estabelecida no local.

A participação dos estados brasileiros nas negociações climáticas passou a ser uma pauta estratégica para o fortalecimento do papel da Amazônia legal. Em outros estudos, observa-se a crescente necessidade de um posicionamento mais articulado por parte dessas unidades federativas em relação às ações governamentais, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Diversos acordos e parcerias foram firmados inclusive com países europeus, com o objetivo de aprimorar as estratégias de políticas públicas nos estados que compõem a Amazônia Legal. O uso das redes sociais traz um olhar interessante como mecanismo dentro dos processos de estabelecimento de

---

<sup>6</sup> BRASIL. **Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007**. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação; dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp124.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp124.htm). Acesso em: 25 mar 2025.

estratégias de governanças, os pesquisadores que fortalecem essa temática discutem principalmente do prisma das organizações coletivas, as questões territoriais e o debate da democracia em regiões afetadas com a falta de políticas públicas para os territórios afetados no que concerne à governança ambiental.

Quando falamos de gestão pública, a governança organizacional nas pesquisas retrata como sendo mecanismo que andam em conjunto no alinhamento das estratégias e para o bom planejamento organizacional. O executivo estadual do Amazonas, é destacado em uma das pesquisas como mecanismo de governança sinalizando a gestão de pessoas como possibilidade, o porquê disso é o fato de estar ligada com a transparência dos atos administrativos e está relacionada com a auditoria nos processos internos. A pesquisa, que traz o termo governança descentralizada, sinaliza que o Amazonas tem um dos índices mais explícitos sobre a falta de políticas e estratégias no que concerne às questões de gênero, os dados mostram essa problemática na gestão pública e dos programas de alcance da boa governança.

No âmbito educacional, a problemática é ainda maior pois os atores são vistos em prismas diferentes direcionado a gestão pública de educação. As pesquisas demonstraram que durante a pandemia as estratégias adotadas sofreram deficientes, mas sendo identificados atores de caráter público e privado para tentar amenizar os efeitos do período pandêmico, o principal ponto de discussão é o desenvolvimento local e regional para redução das desigualdades vistas durante esse período. É importante salientar que as pesquisas apontaram que existem estratégias e mecanismos de governança sendo desenvolvidas e implementada em diferentes áreas temáticas na região Amazônica, claramente é necessário roupagens e melhores estratégias para com que haja reduções das problemáticas enfrentadas que envolvem a economia, questões sociais e principalmente políticas em níveis regionais, nacionais e internacionais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dentro dos limites deste estudo, observam-se indicadores de evolução na governança da região amazônica. Tais avanços, contudo, não representam necessariamente mudanças estruturais drásticas, mas sinalizações de possibilidades fundamentadas nos dados obtidos. Como discutido, a região enfrenta problemáticas

ambientais multisseculares, fator que impulsiona o surgimento de mecanismos de governança e a torna um objeto de estudo central. Todavia, as funções de controle e avaliação pilares da governança ainda não são uma realidade efetiva nos atos administrativos da Amazônia. O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), por exemplo, permanece como um planejamento de propostas em atualização anual, evidenciando que o desafio reside na esfera governamental, especificamente na execução do planejamento.

Os resultados apontam caminhos para o desenvolvimento regional, priorizando a pauta ambiental como eixo central. Nesse contexto, a governança surge como o elo de articulação entre instituições, governos e atores locais e internacionais, visando mitigar as mudanças climáticas e o desmatamento. A pesquisa revela, portanto, um panorama de ascensão do tema, mas que demanda um aprofundamento efetivo da gestão pública em seus diferentes níveis.

Por fim, ressalta-se que este estudo abre frentes para a compreensão das dinâmicas regionais em áreas como educação, gestão organizacional e ambiental. Tais aprimoramentos podem ser estruturados em pesquisas futuras que proponham modelos dinâmicos, consolidando a governança como uma necessidade intrínseca aos processos de gestão pública. Diante do exposto, sugere-se a ampliação de investigações pautadas no referencial teórico da Governança aplicadas aos temas amazônicos, visando uma compreensão mais profunda das questões emergentes que envolvem a região.

## REFERÊNCIAS

ABDAL, A. Por uma reconstrução sociológica da categoria “globalização”: depuração conceitual, contextualização e abordagem processual de longo prazo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, n. 109, p. e3710908, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/qBGPTdwnCkqTXkDy7yvRfRpP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2025.

ALVES, Manoel. Governança educacional e gestão escolar: reflexos na responsabilidade social da educação. **Política e governança educacional: disputas, contradições e desafios diante da cidadania**. Brasília, DF: Universa: Líber Livro, p. 129-144, 2012.

AMAZONAS. **Decreto nº 40.849, de 25 de junho de 2019**. Disciplina a Política de



Governança e Gestão do Estado do Amazonas e dá outras providências. Manaus: Governador do Estado, [2019]. Disponível em: [https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario\\_am/41536/2019/6/9785](https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/41536/2019/6/9785). Acesso em: 15 jan. 2025.

BORGES, Luiz Ferreira Xavier; SERRÃO, Carlos Fernando de Barros. Aspectos de governança corporativa moderna no Brasil. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 111-148, dez. 2005. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/gov-corp/borges-serrao-2005.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (org.). **Métodos para pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007. p. 17-38.

BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm). Acesso em: 15 out 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública**. 2. ed. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. Disponível: <https://egov.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/TCU-%E2%80%93-Referencial-Basico-de-Governanca-%E2%80%93-2014.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e outros entes jurisdicionados ao TCU**. 3. ed. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/gestao/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/integra/gestao-do-conhecimento/publicacoes/referenciais-externos/referencial\\_basico\\_governanca\\_orgaos\\_entidades.pdf/view](https://www.gov.br/gestao/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/integra/gestao-do-conhecimento/publicacoes/referenciais-externos/referencial_basico_governanca_orgaos_entidades.pdf/view). Acesso em: 19 nov. 2024.

DINIZ, Eli. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90". In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 38, nº 3, 1995. pp. 385-415. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1g4cnPyNxYon6rOQKkVJODUUR3WJqiK24/edit>. Acesso em: 19 mar. 2025.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Lingüística documental**: aplicación a la documentación de la comunicación social. Barcelona: Mitre, 1984.

GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI/UEA, 2005, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: CONPEDI/UEA, 2006. v.



28, p. 1–14. Disponível em:

[https://www.unisantos.br/upload/menu3niveis\\_1258398685850\\_alcindo\\_goncalves\\_o\\_conceito\\_de\\_governanca.pdf](https://www.unisantos.br/upload/menu3niveis_1258398685850_alcindo_goncalves_o_conceito_de_governanca.pdf). Acesso em: 18 jan. 2025.

GONÇALVES, A. F.; COSTA, J.A. F. **Governança global e regimes internacionais**. São Paulo: Almedina, 2011.

HADDAD, Sérgio (coord.). **Educação de jovens e adultos no Brasil (1986-1998)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. 140 p. il. (Série Estado do Conhecimento, n. 8). ISSN 1676-0565. Disponível em: [https://www.inesul.edu.br/site/documentos/serie\\_estado\\_conhecimento.pdf](https://www.inesul.edu.br/site/documentos/serie_estado_conhecimento.pdf). Acesso em: 18 jan. 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). Governance in the public sector: a governing body perspective. *In: International public sector study*, n. 13., 2001. Disponível em: <http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/study13-governance-in-th.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2024.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Acervo**, *Rio de Janeiro*, v. 31, n. 3, p. 31–45, 2018. DOI: 10.64729/an.acervo.v31i3.987. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987>. Acesso em: 18 mar. 2025.

JESSOP, Bob. The governance of complexity and the complexity of governance: preliminary remarks on some problems and limits of economic guidance. Lancaster: Department of Sociology, **Lancaster University**, 1999. Disponível em: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Jessop-Governance-of-Complexity.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p.311.

MATIAS, E. F. P. **A humanidade e suas fronteiras**: do estado soberano à sociedade global. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MOURA, Alexandrina Sobreira de; BEZERRA, Maria do Carmo. Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil. *In: MOURA, Adriana Maria Magalhães de (org.). Governança ambiental no Brasil*: instituições, atores e políticas públicas. Brasília, DF: Ipea, 2016. cap. 4, p. 91-110. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160719\\_governanca\\_ambiental.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160719_governanca_ambiental.pdf). Acesso em: 19 fev. 2025.

NAJAM, A.; PAPA, M.; TAIYAB, N. **Global environmental governance – a Reform Agenda**. Winnipeg: International Institute for Sustainable Development, 2006.



PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSENAU, James N. "Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial". In: Rosenau, James N.; Czempiel, Ernst-Otto. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Ed. Unb; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 11-46. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17553/material/2.4%20COMPLEMENTAR%20-%20Rosenau%20&%20Otto%20-%20Governan%C3%A7a%20sem%20governo.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 335-376, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/Tg5ZpD4bVvfjFLg87yZB5gg/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2025.

